

Quixaba Investimentos S.A.

CNPJ 10.212.743/0001-89

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 - 8º Andar - Sala 3 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Quixaba Investimentos S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais

ATIVO	2013	2012	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	2012
CIRCULANTE	2.731	2.684	CIRCULANTE	87	92
Caixa e Equivalente de Caixa (Nota 5)	2.662	2.604	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 10e).....	11	8
Tributos a Compensar ou Recuperar (Nota 11f).....	9	9	Dividendos a Pagar (Nota 7c).....	3	3
Créditos Tributários (Nota 11c)	60	71	Outras Obrigações a Pagar (Nota 6).....	73	81
NÃO CIRCULANTE	7.105	6.821	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.749	9.413
Créditos Tributários (Nota 11c)	426	466	Capital Social:		
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 11f).....	6.679	6.355	- De Domiciliados no País	9.000	9.000
TOTAL	9.836	9.505	Reservas de Lucros (Nota 7b).....	749	413
			TOTAL	9.836	9.505

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
RECEITAS OPERACIONAIS	595	634
Receitas Financeiras (Nota 8).....	588	634
Receitas Diversas.....	7	-
DESPESAS OPERACIONAIS	(118)	(140)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 9).....	(117)	(140)
Despesas Tributárias	(1)	-
RESULTADO OPERACIONAL	477	494
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	477	494
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 11a)	(138)	(144)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	339	350
Número de ações	90.000.500	90.000.500
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	3,77	3,89

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social:	477	494
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	378	422
Juros e Variações Monetárias.....	378	422
Lucro (Prejuízo) Ajustado:	99	72
(Aumento) em Outros Ativos.....	(31)	(33)
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	(7)	14
Caixa Líquido Gerado/(Utilizado) pelas Atividades Operacionais	61	53
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos.....	(3)	(1)
Caixa Líquido Gerado/(Utilizado) pelas Atividades de Financiamentos	(3)	(1)
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	58	52
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	2.604	2.552
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	2.662	2.604
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	58	52

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Lucro Líquido do Exercício	339	350
Total do Resultado Abrangente do Exercício	339	350

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Eventos	Em Milhares de Reais				
	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31.12.2011	9.000	3	63	-	9.066
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	350	350
Destinações: - Reservas de Lucros.....	-	18	329	(347)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(3)	(3)
Saldos em 31.12.2012	9.000	21	392	-	9.413
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	339	339
Destinações: - Reservas de Lucros.....	-	17	319	(336)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(3)	(3)
Saldos em 31.12.2013	9.000	38	711	-	9.749

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	%	2012	%
1 - RECEITAS	7	1,4	-	-
1.1) Outras Receitas	7	1,4	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(108)	(22,1)	(119)	(23,1)
2.1) Serviços de Terceiros.....	(108)	(22,1)	(119)	(23,1)
3 - RETENÇÕES	-	-	-	-
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(101)	(20,7)	(119)	(23,1)
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	588	120,7	634	123,1
5.1) Receitas Financeiras	588	120,7	634	123,1
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (4+5)	487	100,0	515	100,0
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	487	100,0	515	100,0
7.1) Tributos.....	148	30,4	165	32,0
7.2) Lucros Retidos.....	339	69,6	350	68,0

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Quixaba Investimentos S.A. é uma Companhia, que tem por objetivo, a participação em outras Companhias como cotista ou acionista, no país ou no exterior. A Quixaba Investimentos S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2014.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme apresentado na Nota 4.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro, conforme apresentado na Nota 5.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio de resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.5) Passivos financeiros

A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Tais passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimentos são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos.

2.11) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas demonstrações contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas na Nota 11d - Previsão de realização dos créditos tributários.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	5	3
Fundos de investimentos financeiros (2).....	2.657	2.601
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.662	2.604

(1) Refere-se a depósito Bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimento Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

Outras obrigações a pagar no montante de R\$ 73 (2012 - R\$ 81), referem-se a serviços de auditoria externa no montante de R\$ 1 e serviços de publicação de balanço no montante de R\$ 72.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Ordinárias.....	90.000.500	90.000.500
Total	90.000.500	90.000.500

b) Reservas de lucros

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Reservas de lucros.....	749	413
Reserva legal (1)	38	21
Reserva estatutária (2).....	711	392

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria que, o mínimo obrigatório do exercício, de 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado nos termos da Lei societária.

A assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	% (1)	2012	% (1)
Lucro líquido do exercício	339		350	
Reserva legal.....	(17)		(18)	
Base de cálculo	322		332	
Dividendos pagos	3		1	
Dividendos mínimos obrigatórios	3	3		
Total dos dividendos	3	1,0	3	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

continua...

...continuação

Quixaba Investimentos S.A.

CNPJ 10.212.743/0001-89

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 - 8º Andar - Sala 3 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

8) RECEITAS FINANCEIRAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	210	212
Juros ativos.....	378	422
Total	588	634

9) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Editais e publicações.....	86	98
Serviços de terceiros.....	22	21
Contribuição sindical patronal	9	21
Total	117	140

10) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013		2012	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	5	-	3	-
Dividendos a Pagar:				
Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda.	3	-	3	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

11) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	477	494
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(162)	(168)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Outros.....	24	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(138)	(144)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(87)	(97)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(3)	5
Realização no exercício, sobre prejuízo fiscal e base negativa	(48)	(52)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(138)	(144)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2012	Constituição	Realização	2013
Outras provisões	28	24	27	25
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	28	24	27	25
Prejuízo fiscal/base negativa de contribuição social	509	-	48	461
Total dos créditos tributários	537	24	75	486

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 440 (2012 - R\$ 498), sendo R\$ 23 (2012 - R\$ 26) de diferenças temporárias e R\$ 417 (2012 - R\$ 472) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro				
	Imposto de renda	Contribuição social	Prejuízo fiscal	Base negativa	Total
2014.....	3	1	41	15	60
2015.....	6	2	64	23	95
2016.....	6	2	70	25	103
2017.....	3	2	79	28	112
2018.....	-	-	85	31	116
Total	18	7	339	122	486

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 11 (2012 - R\$ 8), referem-se à contribuição social de R\$ 3 (2012 - R\$ 3), e imposto de renda de R\$ 8 (2012 - R\$ 5).

f) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 6.688 (2012 - R\$ 6.364), referem-se, substancialmente, a imposto de renda de exercícios anteriores e imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

O saldo de tributos a compensar esta apresentado no grupo de ativos não circulante, devido à perspectiva de sua realização, sendo que os saldos do exercício anterior foram reclassificados para serem apresentados na mesma base de comparação.

12) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

b) A Companhia, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

c) Não houve eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

d) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A Quixaba Investimento aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Companhia.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana – Contador – CRC-1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Quixaba Investimentos S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Quixaba Investimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas

não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Quixaba Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Quixaba Investimentos S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 09 de abril de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

...continuação

Quixaba Investimentos S.A.

CNPJ 10.212.743/0001-89

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 - 8º Andar - Sala 3 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Quixaba Investimentos S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais

ATIVO	2013		2012		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013		2012	
CIRCULANTE	2.731	2.684	2.731	2.684	CIRCULANTE	87	92	87	92
Caixa e Equivalente de Caixa (Nota 5)	2.662	2.604	2.662	2.604	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 10e).....	11	8	11	8
Tributos a Compensar ou Recuperar (Nota 11f).....	9	9	9	9	Dividendos a Pagar (Nota 7c).....	3	3	3	3
Créditos Tributários (Nota 11c)	60	71	60	71	Outras Obrigações a Pagar (Nota 6).....	73	81	73	81
NÃO CIRCULANTE	7.105	6.821	7.105	6.821	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.749	9.413	9.749	9.413
Créditos Tributários (Nota 11c)	426	466	426	466	Capital Social:				
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 11f).....	6.679	6.355	6.679	6.355	- De Domiciliados no País	9.000	9.000	9.000	9.000
TOTAL	9.836	9.505	9.836	9.505	Reservas de Lucros (Nota 7b).....	749	413	749	413
					TOTAL	9.836	9.505	9.836	9.505

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
RECEITAS OPERACIONAIS	595	634
Receitas Financeiras (Nota 8)	588	634
Receitas Diversas.....	7	-
DESPESAS OPERACIONAIS	(118)	(140)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 9).....	(117)	(140)
Despesas Tributárias	(1)	-
RESULTADO OPERACIONAL	477	494
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	477	494
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 11a)	(138)	(144)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	339	350
Número de ações	90.000.500	90.000.500
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	3,77	3,89

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social:.....	477	494
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:.....	378	422
Juros e Variações Monetárias.....	378	422
Lucro (Prejuízo) Ajustado:.....	99	72
(Aumento) em Outros Ativos.....	(31)	(33)
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	(7)	14
Caixa Líquido Gerado/(Utilizado) pelas Atividades Operacionais.....	61	53
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos.....	(3)	(1)
Caixa Líquido Gerado/(Utilizado) pelas Atividades de Financiamentos	(3)	(1)
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	58	52
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	2.604	2.552
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	2.662	2.604
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	58	52

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Lucro Líquido do Exercício	339	350
Total do Resultado Abrangente do Exercício	339	350

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Quixaba Investimentos S.A. é uma Companhia, que tem por objetivo, a participação em outras Companhias como cotista ou acionista, no país ou no exterior. A Quixaba Investimentos S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2014.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme apresentado na Nota 4.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro, conforme apresentado na Nota 5.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio de resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Eventos	Em Milhares de Reais				
	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31.12.2011	9.000	3	63	-	9.066
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	350	350
Destinações: - Reservas de Lucros.....	-	18	329	(347)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(3)	(3)
Saldos em 31.12.2012	9.000	21	392	-	9.413
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	339	339
Destinações: - Reservas de Lucros.....	-	17	319	(336)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(3)	(3)
Saldos em 31.12.2013	9.000	38	711	-	9.749

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	%	2012	%
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
1 - RECEITAS	7	1,4	-	-
1.1) Outras Receitas	7	1,4	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(108)	(22,1)	(119)	(23,1)
2.1) Serviços de Terceiros.....	(108)	(22,1)	(119)	(23,1)
3 - RETENÇÕES	-	-	-	-
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(101)	(20,7)	(119)	(23,1)
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	588	120,7	634	123,1
5.1) Receitas Financeiras	588	120,7	634	123,1
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (4+5)	487	100,0	515	100,0
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	487	100,0	515	100,0
7.1) Tributos.....	148	30,4	165	32,0
7.2) Lucros Retidos.....	339	69,6	350	68,0

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

6) OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

Outras obrigações a pagar no montante de R\$ 73 (2012 - R\$ 81), referem-se a serviços de auditoria externa no montante de R\$ 1 e serviços de publicação de balanço no montante de R\$ 72.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Ordinárias	90.000.500	90.000.500
Total	90.000.500	90.000.500

b) Reservas de lucros

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Reservas de lucros	749	413
Reserva legal (1)	38	21
Reserva estatutária (2)	711	392

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria que, o mínimo obrigatório do exercício, de 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado nos termos da Lei societária.

para negociação e designados ao valor justo por meio de resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.5) Passivos financeiros

A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Tais passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimentos são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos.

2.11) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas demonstrações contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas na Nota 11d - Previsão de realização dos créditos tributários.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	5	3
Fundos de investimentos financeiros (2).....	2.657	2.601
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.662	2.604

(1) Refere-se a depósito Bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimento Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

c) Dividendos

Pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria que, o mínimo obrigatório do exercício, de 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado nos termos da Lei societária.

A assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	% (1)	2012	% (1)
Lucro líquido do exercício	339		350	
Reserva legal.....	(17)		(18)	
Base de cálculo	322		332	
Dividendos pagos.....	3		1	
Dividendos mínimos obrigatórios.....	3	3		
Total dos dividendos	3	1,0	3	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

8) RECEITAS FINANCEIRAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros.....	210	212
Juros ativos.....	378	422
Total	588	634

9) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Editais e publicações.....	86	98
Serviços de terceiros.....	22	21
Contribuição sindical patronal.....	9	21
Total	117	140

10) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013		2012	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.....	5	-	3	-
Dividendos a Pagar:				
Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda.....	3	-	3	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

11) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	477	494
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(162)	(168)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Outros.....	24	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(138)	(144)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(87)	(97)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(3)	5
Realização no exercício, sobre prejuízo fiscal e base negativa.....	(48)	(52)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(138)	(144)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2012	Constituição	Realização	2013
Outras provisões.....	28	24	27	25
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	28	24	27	25
Prejuízo fiscal/base negativa de contribuição social.....	509	-	48	461
Total dos créditos tributários	537	24	75	486

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 440 (2012 - R\$ 498), sendo R\$ 23 (2012 - R\$ 26) de diferenças temporárias e R\$ 417 (2012 - R\$ 472) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal	Base negativa	Total
	Imposto de renda	Contribuição social			
2014.....	3	1	41	15	60
2015.....	6	2	64	23	95
2016.....	6	2	70	25	103
2017.....	3	2	79	28	112
2018.....	-	-	85	31	116
Total	18	7	339	122	486

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 11 (2012 - R\$ 8), referem-se à contribuição social de R\$ 3 (2012 - R\$ 3), e imposto de renda de R\$ 8 (2012 - R\$ 5).

continua...

...continuação

Quixaba Investimentos S.A.

CNPJ 10.212.743/0001-89

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 - 8º Andar - Sala 3 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

f) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 6.688 (2012 - R\$ 6.364), referem-se, substancialmente, a imposto de renda de exercícios anteriores e imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

O saldo de tributos a compensar esta apresentado no grupo de ativos não circulante, devido à perspectiva de sua realização, sendo que os saldos do exercício anterior foram reclassificados para serem apresentados na mesma base de comparação.

12) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

b) A Companhia, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

c) Não houve eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

d) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins.

A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A Quixaba Investimento aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Companhia.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana – Contador – CRC-1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Quixaba Investimentos S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Quixaba Investimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas

não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Quixaba Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Quixaba Investimentos S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 09 de abril de 2014

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0